Fórum Municipal de Educação
FMESP
Cidade de São Paulo

**ATA da Reunião Ordinária do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo de 07/04/2026**

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, deu-se início a reunião ordinária do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, às dezoito horas e trinta minutos, regimentalmente, em segunda chamada, sendo coordenada por Maciel Nascimento, representando Débora Greice, Coordenadora do FMESP. **Maciel, SINDSEP** - Boa noite a todos e todas todes, justifico a ausência da Coordenadora Debora Greice que deve estar a caminho e do Secretário Executivo João Luis, que estará ausente por questões pessoais. Aproveito para convidar Maria Vilani e Edilene de Cássia a compor a mesa, enquanto Executiva deste Fórum. Essa reunião é muito importante, pois temos vários pontos a serem tratados e precisamos ser os mais objetivos possíveis, porque a pauta é extensa e temos importantes convidados. Como geralmente, iniciamos pelos convidados, às 19hs, vejamos o que conseguimos avançar até lá. Pergunto se **alguém está vindo pela primeira vez** e peço que se apresente ao microfone, pois a reunião está sendo transmitida pelo canal de *YouTube* da Câmara e é importante que todos possam ouvir. Sou **Ana Carolina** eu sou da **DRE Butantã** da SME - Setor de DICEU. Meu nome é **Simone** e eu venho representando o **Conselho Municipal**. Olá, meu nome é **William** estou representando a **Comissão de Educação da Câmara** pela vereadora Luna Zaratini. Sou **Lu Santana** e estou representando a **Educafro**. Sou a **Franciele** estou representando a **DRE Pirituba/Jaraguá** – DICEU/Frente de Educação Integral. Boa noite a todos. Meu nome é **Raia** também sou da Diretoria de Educação Pirituba Jaraguá – DICEU. Sou a **Juliane,** estou representando a **DRE Guaianases** - Setor DICEU. Meu nome é **Ana Cláudia** eu sou ATE da DRE Ipiranga e represento aqui o **Coletivo 100% ATEs**. **Maciel** – Que bacana! Primeiro pedir para o Conselho Municipal de Educação preencher o link de atualização cadastral, caso não o tenha feito ainda e talvez por isso, o nome da Simone não esteja na lista de presença. Quero ressaltar a importância da presença das DREs em tempos de planos regionais e municipais de educação planos regionais. Estou vendo a Vicenta e Rosana e peço que se apresentem. Meu nome é **Vicenta** e trabalho na **APEOESP**, Sindicato dos Professores no Departamento Jurídico. Meu nome é **Rosana Caputi** e estou aqui acompanhando no momento pela primeira vez no fórum. Não estou representando nenhuma entidade, mas atuo fortemente na educação. **Maciel** – Bom, a pauta encaminhada a todas as entidades trata no seu primeiro ponto da leitura e **aprovação da pauta**; aprovação da ata da reunião anterior, aliás, uma ATA bem extensa, para garantir todos os pontos apresentados; justificativas de ausências; Informes Gerais. No item cinco a gente traz o ciclo de debates Plano Nacional de Educação e o Sistema Nacional de Educação com a participação da Senadora Teresa Leitão que foi a relatora do PNE lá no Senado e o Heleno Araújo que é Coordenador do Fórum Nacional de Educação, Conselheiro Nacional de Educação e atuando bastante nesse campo das questões relacionadas aos Planos Decenais. Na sequência apresentação deliberações da Comissão das Quatro Instâncias, e uma conversa inicial sobre a questão das pré-conferências regionais por subprefeituras; ainda, o processo eleitoral da Secretaria Executiva do Fórum e por fim, outros assuntos, se houver. Alguém gostaria de incluir algum outro assunto? **Valter, Brigadas Pela Vida** - É uma proposta de uma nota de apoio e solidariedade de aplausos aos trabalhadores da área da saúde pela passagem do Dia Mundial da Saúde e pode dar o encaminhamento ao final. **Maciel** – Em regime de

aprovação, permaneçam como estão os que concordam com a pauta. Aprovada. Sobre a **aprovação da ata da reunião anterior,** recebemos por um e-mail o pedido de destaque da ABRAPEE e gostaria de passar a palavra. **Lucy Duró**, **ABRAPEE** - Foi só alguns ajustes. Quero ressaltar que precisamos discutir a medicalização em todos os âmbitos da educação básica desde a educação infantil. Temos crianças de três ou anos de idade tomando risperidona. Isso está ficando cada vez pior. O que ocorre é que pais professores e as próprias crianças estão sentindo alívio com esses diagnósticos. E eu me pergunto onde é que vamos parar? Se não discutirmos isso seriamente caminharemos para o caos, pois a indústria farmacêutica está se impondo e os profissionais seguem essa concepção. A ciência evoluiu, mas ainda a quem reduza o sujeito à sua dimensão biológica não considerando sua constituição histórico-cultural e as crianças são avaliadas dentro de um sistema normativo no qual todos deveriam ser iguais, mas elas são diferentes. Aliás é a diversidade que enriquece e complexifica nosso papel na sociedade. Então foi isso. E teve um outro ponto: achei muito boa a colocação da Luci, quando ela falou – "criança tem que brincar, brincar e brincar". Porque a criança se constitui nas relações na relação com a cultura com seus pares na sociedade. O tempo todo essa criança está se constituindo. Então assim o que eu acho é que precisamos um pouco qual é o olhar que que está se tendo para essa criança, qual é a concepção de desenvolvimento que nós temos ao olhar para essa criança. Então se não tocar no campo, na minha opinião, epistemológico se não trabalhar o que está na raiz do desenvolvimento dessa criança a gente vai ficar numa condição completamente infrutífera. Porque se discute a superfície não vai na lá na formação na base na concepção de educação que é desenvolvimento que se tem sobre essa criança. Então, sinceramente eu acho que se a gente ficar só pensando em números e esquecendo dessa criança a gente vai ficar num resultado vazio. Acho que a questão é ampliar o olhar e entender essa criança num contexto social na vivência que está aí. Enfim, a gente tem que pensar em muitos fatores porque é muito complexo, na verdade. E esse é o texto que não estava identificado na ata. **Maciel** – Obrigado, Lucy. Pergunto se podemos aprovar a ata com esses adendos e ressalto a importância para que todos leiam a Ata e tragam as contribuições para que ela esteja mais próxima da essência do debate realizado. Aprovada. Gostaria de propor que façamos a apresentação das justificativas e ausências ao final e possamos trazer o sexto ponto, antes do debate sobre o Plano Nacional. Então, seria uma inversão de pauta ao já tratarmos sobre a **apresentação das deliberações da Comissão das Quatro Instâncias**. Aprovada. **Lucimeire Cabral, SME** - Boa noite. Na Comissão das Quatro Instâncias, eu represento a Secretaria Municipal de Educação. Eu sou a titular e a Ananda é a suplente. Pelo Fórum Municipal de Educação, o Maciel e a Vilani e do Conselho Municipal de Educação, a professora Karen e a professora Sueli. E da Câmara Municipal, o William e o Flávio né? Então, essa é a comissão reestruturada e ela tem versões de composição desde quando isso foi determinado na legislação, e períodos com trabalho intenso e outros períodos nem tanto, mas isso não é o correto. O correto é que ela tenha uma agenda permanente porque esta comissão, pela lei do plano municipal é responsável pelo monitoramento do plano, avaliação e monitoramento. Então todas essas instâncias elas podem solicitar e organizar dados e fazer análise dos relatórios com as análises desses dados para ir contribuindo com as discussões com toda a sociedade. Então nós temos uma responsabilidade bastante importante enquanto instância e quando se reúne delibera, avalia e monitora, além de outros debates e por isso precisa dessa agenda permanente.

Nosso primeiro ponto de deliberação na retomada das reuniões foi fechar o calendário para todo o ano, em especial por termos várias atividades relacionadas ao plano municipal e as preparações para a constituição do novo plano municipal a partir do plano nacional. Como encaminhamento, para a próxima reunião, cada uma das instâncias ficou de levar o que conseguiu monitorar nesse tempo pós-conferência. A Conferência que gerou um material muito importante que é o relatório final que é o que estamos usando para falar do plano nessa comparação entre o novo Plano Nacional de Educação. O objetivo é olhar o que a gente tem de deliberação no plano municipal que está em vigor para ir gerando demandas para o novo plano municipal de educação. As nossas reuniões são presenciais na Secretaria Municipal de Educação e caso tenhamos algum problema poderemos fazê-la em formato virtual. Optamos por fazer uma retomada de percurso e isso é importante para vermos o quanto precisamos trabalhar para fazer um novo plano, porque temos o compromisso de avaliar e fechar esse plano que está em vigência, mas com todas as demandas de produzir o novo plano municipal de educação, com a colaboração das quatro instâncias para que o projeto possa ser apresentado pela Secretaria Municipal de Educação, após recorrer a toda a participação e a mobilização provocada pelas quatro instâncias. Então, essa linha do tempo é para vermos quantas coisas precisaram ir acontecendo para que tenhamos o plano municipal que temos hoje. Na semana passada, a SME recebeu uma solicitação do MEC para fazer um acordo com os municípios para ajudar na elaboração do novo plano municipal de educação. E as perguntas feitas para todos os municípios mostram o quanto que a gente está avançado. Às vezes pensamos que não, mas perguntam se temos fórum constituído e se tem reuniões ordinárias, se tem participação ativa em deliberações, assim como pergunta do Conselho Municipal de Educação. Então temos lugares que não tem fórum e nem Conselho Municipal de Educação. Outro avanço importante é a instituição da linha de base. Um documento que nos acompanha com todas as metas do Plano Municipal de Educação e os indicadores para avaliação dessas metas. Esse material foi feito lá atras e teremos que fazer uma nova linha de base estudando cada indicador que constará na estrutura do Plano Nacional de Educação, se formos seguir totalmente a estrutura do novo plano nacional. É uma reestruturação também na produção da linha de base porque o que temos hoje parte de meta e foram construídos indicadores para acompanhar cada uma das metas. Porém, o novo plano nacional parte de objetivos que agrupa metas e temos que elaborar indicadores. Ou seja, elaborar indicadores a partir de metas agrupadas em objetivos. Isso vai trazer um grande desafio e a comissão tem bastante trabalho e principalmente mobilizar outras pessoas para o debate. Outro marco superimportante que vamos viver nos próximos tempos são as conferências de educação. Realizamos as regionais em abril e a municipal em maio, além de duas sessões alongadas do fórum para terminar de debater as propostas dos conferencistas participantes. Então, esse documento vai nos acompanhar por todo o nosso percurso. Entre outras demandas, temos na instrução normativa do calendário das unidades educacionais da Secretaria Municipal de Educação o PME na rede dizendo de uma instrução normativa específica para isso. Quando aconteceram foi de forma diferenciada entre as DREs, em especial, olhando para o plano regional de educação, a partir de algumas perguntas encaminhadas para as escolas, mas não olhando o plano municipal como um todo. Então nós temos essa demanda e prevemos os meses de maio e junho para essas atividades nas unidades escolares que além do plano municipal, deverão analisar os planos regionais isso não feito após a conferência. Nessa reunião

debatemos o texto desta instrução normativa que já está sendo finalizada para ser publicada. A ideia é de que no início de maio, as DREs já estejam orientadas de como fazer as atividades do PME na rede. Na proposta dividimos a instrução normativa em dois momentos: o PME na rede e depois as conferências. Previstos inicialmente, inclusive pelo Fórum, os debates nas escolas seriam em abril e maio, mas vimos a impossibilidade e estamos propondo para maio e junho porque não vai dar tempo cumprir todas essas etapas. Precisamos pensar que cada DRE precisa constituir uma comissão própria porque tem muitos trabalhos para fazer regionalmente. Pensamos também na composição desta comissão regional, com o mínimo de membros que devem fazer parte, dentre eles, membros da DIPED contemplando CEFAI na NAAPA, porque tem muitas metas que estão relacionadas a qualidade das aprendizagens, mas também as vulnerabilidades. as questões da educação especial, por isso que é importante garantir alguém do trabalho pedagógico e diretamente do NAAPA e do CEFAI. Também um membro da DICEU, DIAF, um Supervisor Escolar, uma pessoa do Gabinete das DREs e duas pessoas do CRECE regional representando os familiares e profissionais das unidades e demais instâncias participativas no território. É lógico que a comissão não pode ser tão grande, pois corre o risco de não conseguir trabalhar com um montão de gente ao mesmo tempo. Mas essa é a composição mínima, podendo ter mais atores do território, pois precisa ter muitas vozes, porque o plano é municipal, mas envolve a rede estadual, as unidades particulares, as unidades de ensino superior e as diferentes instituições que lidam com educação no território, as associações, a saúde, a assistência social e todo mundo que faz atividade educacional. Então, por isso que colocamos essas instâncias participativas do território para pelo menos ter uma representatividade na organização e consiga mobilizar as pessoas para participar. Em um rápido levantamento da participação no movimento anterior vimos que foi muito forte das unidades da rede municipal e esse é um cenário que precisa modificar. Por isso pensamos em uma comissão mais ampla. Depois um segundo momento é retomar o plano municipal de educação a partir do relatório da conferência e um terceiro, retomar o plano regional de educação e aí sim do plano regional fazer uma avaliação do alcance das metas e registrar isso em formulário próprio porque a meta de elaboração do plano regional de educação é uma novidade, porque o plano nacional não fala de plano regional. Essa foi uma decisão dentro do Plano Municipal de Educação de São Paulo ao buscar uma avaliação qualificada do impacto do plano nos territórios e devemos manter essa meta no novo plano. Os Planos Regionais estão no portal da Secretaria Municipal e devemos publicar lá a finalização a avaliação, ou até onde cada plano avançou. Na segunda parte da instrução normativa é a organização das conferências regionais em agosto e a municipal em novembro. É óbvio que a comissão constituída do fórum e ouvindo as comissões regionais, pode ser que se delibere outra coisa, mas neste momento a proposta é essa, até para passar o período eleitoral. Essa proposição já tinha sido aprovada no fórum e foi acatada pela comissão. Importante lembrar que a comissão regional precisa garantir representante na comissão organizadora local e na organização geral da conferência, como fizemos em 2023. Outra questão é que não será a DRE que deverá organizar as pré-conferências regionais por subprefeitura. Seremos nós do Fórum Municipal de Educação e a DRE vai ajudar na mobilização porque também é uma estratégia nova fazer pré-conferências por subprefeitura. Se serão pré-conferências totais ou temáticas, as comissões vão trabalhar para organizar, mas essa mobilização em subprefeituras pretende trazer muito as características de cada

território porque às vezes tem quatro subprefeituras na mesma DRE, mas com características bastante diferentes. A ideia é conseguir captar essas diferenças nos territórios. Serão nas pré-conferências que teremos a oportunidade de abrir os debates sobre metas ou eixos que tenham maior dificuldade de entendimento dos dados. Outra etapa é divulgar os materiais produzidos e realizar a própria Conferência regional nos termos regimentais aprovados pelas deliberações da comissão organizadora. Lembramos que tínhamos anunciado que não era hora de fazer propostas ao novo plano, pois tratava-se só da conferência do plano existente. Mesmo assim vieram várias propostas para o novo plano municipal. Agora esse momento nos interessa bastante e que venham mais proposições para o novo plano. Então, por isso que dizemos que as conferências regionais vão ter dois documentos para nos entregar. Um que é a avaliação do plano no final da conferência regional e um outro documento que sintetize as eventuais sugestões do novo plano municipal. São em torno dessas deliberações da comissão que a secretaria está tratando a elaboração da instrução normativa para orientar todo o processo com as DREs nos meses de maio e junho antecedendo a conferência regional em agosto. **Maciel** - Importante informar que essa foi uma primeira conversa e obviamente, a partir dela passamos a ter outras leituras e olhares sobre o calendário para verificar como se desenvolve. Mas uma delas é urgente, que é exatamente o PME na rede e se vamos dar urgência a isso, outras questões como por exemplo a data da conferência precisam ser reavaliadas. Mantida conforme aprovada pelo Fórum para novembro vai depender de como as coisas caminhem neste processo. Importante quem está aqui hoje, representando as DREs, saber da necessidade da montagem da comissão porque a partir do momento que a gente tiver a instrução normativa, partimos para a montagem de um calendário permanente com as equipes que estão organizando e que precisam ter um tempo na agenda. Da outra vez usamos as sextas-feiras de manhã e depois que todos já estavam mais tranquilos passamos para uma vez por mês até encerrar as conferências. Estamos analisando o tamanho do aperto dos calendários, mas as DREs precisam ter pessoas que participam e sejam constantes nessas reuniões para que tenhamos condições de dar conta das tarefas. Fiquem atentos e logo que sair a publicação vamos chamar os representantes para essa reunião e montar esse calendário permanente de reuniões. Quero ressaltar que são dois movimentos: um é da DRE se organizando internamente, buscando os atores no território e o outro é dos atores que estão no território buscar participar desse processo e dessa organização. Bom, o nosso companheiro Heleno já está na sala, mas se tiver algumas questões, peço que seja breve. **Vilani, CAE** – Essa mobilização, principalmente dos CRECES Regionais, seria prudente saber se já tem alguma articulação e aguardar a Instrução Normativa, porque no CRECE Central temos notícias de DREs que já estão se articulando para isso. Então, lógico que precisa resgatar o plano regional trazer para a discussão e o CRECE Regional será um dos maiores articuladores dentro do território e é importante aguardar para não atropelar o processo. **Ricardo, Vereadora Luna Zaratini** - Boa noite! Fiquei um pouco apreensivo quando se falou que a meta dos Planos Regionais é importante ou não na construção de um processo de avaliação do plano municipal de educação porque eu considero que a meta é essencial porque dá vida e movimenta os territórios e os locais de trabalho para que se possa ver de fato se esse plano tem avançado ou não. Podemos ter tido algum problema no passado que e talvez essa comissão não tenha agido de uma maneira mais eficaz ou eficiente, mas eu acredito que os esses planos regionais são fundamentais. Obrigado. **Lucimeire** - Nós não

podemos ter dúvidas, mas queremos ouvir as pessoas, porque se não trazemos para o debate é como se estivéssemos impondo nossas ideias. Então, a partir do debate, as pessoas precisam se posicionar. Não pode ser uma imposição das ideias da Comissão, mas um debate aberto para ouvir o que todo mundo sentiu e nós temos a obrigação de demonstrar isso com dados, com organização de informações para que toda a sociedade possa participar junto. Nossas certezas são importantes para a organização, mas elas não podem ser aquelas que vão impor as ideias para as conferências, que existem exatamente para isso: ouvir todos os tipos de posicionamentos e a organização dos dados vai nos ajudar a argumentar algumas coisas que aparecem durante o processo. **Maciel -** Obrigado Lucimeire, não esgotamos essa pauta hoje, importante que o nosso convidado, tenha acompanhado parte do debate e a Senadora Teresa Leitão também está se organizando para poder estar conosco. Pergunto ao Professor Heleno, se podemos iniciar o próximo ponto que é dialogarmos sobre os Planos Decenais e o Sistema Nacional de Educação. Professor Heleno, nosso Coordenador do Fórum Nacional de Educação, muito obrigado pela presença. Com certeza o grande protagonista das ações das conferências estaduais e nacional de educação, mas também de todo o processo pós CONAE, em janeiro até a aprovação do novo PNE e finalmente, o SNE. **Professor Heleno** – Boa noite, companheiras. Boa noite, companheiros. É um prazer poder participar aqui com vocês mesmo que de forma remota, mas é sempre bom ter esse espaço aqui de diálogo de discussão e de formulação. Queria dar um abraço a cada um a cada uma e agradecer ao Maciel pelo contato, pelo convite também aos nossos coordenadores do fórum municipal da educação todo o pessoal que compõe o fórum e que está nos acompanhando. De fato, nós estamos em período bem movimentado e sempre foi assim com a chegada do governo do presidente Lula. Nós vivenciamos nesse país momentos distintos da aplicação das políticas educacionais e da nossa efetiva participação. E é sempre bom a gente lembrar isto para não esquecer né onde estamos como atuamos nesse processo. E é bom resgatar que após o período de redemocratização do nosso país nós atuamos fortemente de forma coletiva. Eu lembro aqui que nós atuávamos com um fórum nacional em defesa da escola pública com elaborações sobre a política educacional para constituinte de até mesmo antes da existência da nossa Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, a CNTE que é uma confederação só de professores do Brasil e algumas dos outros segmentos da nossa categoria profissional. Nós atuamos no fórum que também teve uma forte atuação sobre a LDB e tivemos uma incidência de participação popular muito forte com as entidades do nosso campo na perspectiva de garantir o capítulo da educação dentro da Constituição Federal e a elaboração de uma lei de diretrizes e bases da educação nacional dentro de um processo democrático que fortalecesse a nossa participação. Esta luta foi intensa durante um processo de um governo que foi de Fernando Collor, época terrível para nós, sem espaço para a participação social ou popular e corrupto por isso recebeu impeachment. Durante o governo de Itamar Franco tivemos a oportunidade de participar dos debates e elaborar coletivamente as políticas educacionais. Tanto é que conseguimos a realização de uma conferência de educação para todos e produzimos um pacto pela valorização do magistério e pela qualidade social da educação. Esse pacto foi assinado e deveria entrar em vigor. Então essa característica de participação de envolvimento da nossa ação nesse pacto que a CNTE e outras entidades do nosso movimento também assinaram junto com o Ministério da Educação e Clube de reitores de universidades tratava de políticas educacionais, mas não foi implementado, porque

Fernando Henrique Cardoso decidiu rasgar o pacto ao extrair dele, questões como, o piso do magistério, o FUNDEB, que não aconteceu mas ele aproveitou criou o FUNDEF e definiu um salário médio para professor e professor do nosso país. E foi um governo que não teve diálogo com os movimentos sociais, tanto é que ele tinha um prazo pós LDB também de garantir a lei do plano nacional de educação. E só tivemos o envio por parte do governo do Plano Nacional de Educação depois que realizamos os CONEDs os congressos nacionais de educação, com cinco congressos e elaboramos um projeto de lei do plano nacional da educação e parlamentares, como a que vamos receber daqui a pouquinho, a senadora Teresa Leitão, do nosso campo que protocolaram esse documento no Congresso Nacional. Isso forçou o governo a enviar um projeto de gabinete e claro como a prerrogativa é do governo federal, o projeto de lei ganhou prevalência ou primazia na tramitação do plano nacional de educação. Plano esse que foi aprovado devido à nossa mobilização e pressão, mas que não teve nenhum interesse por parte do governo. Primeiro, porque ele vetou o financiamento de alcançar do PIB. Segundo que não teve nenhuma intenção, não fez nenhum trabalho para que existisse os planos estaduais e planos municipais de educação. Foram anos para termos estados com planos estaduais de educação e em torno de municípios com planos municipais de educação. Então não tinha interesse nenhum e não conversava conosco não dialogava conosco de forma nenhuma. Foram dois mandatos com dificuldade, e o enfrentamos até chegar o governo Lula e com essa intensidade de participação, passamos por realização de diversas conferências, em todas as áreas onde lutamos, trabalhamos muito e garantimos uma conferência nacional de educação básica que começou a ser preparada pelas etapas municipais, depois as estaduais e distrital, chegando a Conferência Nacional de Educação Básica, a CONEB, que aprovou a realização das CONAES, organizada pelas entidades da sociedade civil e financiada pelo poder público. Então, faço esse resgate porque todos aqui vivenciamos isso, como também, essa ausência do poder público em garantir a participação social na elaboração das políticas educacionais e a demanda do governo democrático e popular como foi do governo Lula que intensificou essa participação. Então, essa intensificação do governo Lula trouxe essa participação e envolvimento e a CONAE nos deu a possibilidade de pensar e avaliar o plano que terminaria em janeiro, de apresentar propostas para o futuro. E fizemos isso. Avaliamos o plano que terminava em janeiro, elaboramos propostas e as entregamos ao Fernando Haddad, Ministro da Educação a época e o governo federal entregou o projeto ao Congresso Nacional que só foi aprovado em 2014, criando aí o segundo Plano Nacional da Educação, na perspectiva de conquista de ampliar o financiamento do PIB em até 10%. Sofremos um golpe mais uma vez. Golpe na Presidenta Dilma, golpe no Plano Nacional de Educação, com a emenda constitucional reduzindo o financiamento da educação nos anos futuros e o golpe no próprio Fórum Nacional de Educação. Trago a memória esses elementos porque até voltamos a não ter esse espaço de participação e de envolvimento concreto na política educacional em nosso país. Mais uma vez, fomos perseguidos, afastados do processo. Durante o governo Bolsonaro foram cinco ministros da educação, o que deixa evidente que não é para funcionar e não tinha diálogo nesse processo. E o que nós arrancamos e conquistamos naquele período foi com muita mobilização, com muita luta, muita pressão, tanto presencial quanto remota e conquistamos o FUNDEB permanente em pelas redes sociais porque estávamos em período de pandemia. Porém, com o retorno do governo do presidente Lula voltamos a ter essa participação efetiva no processo. Tanto o Fórum

Nacional da Educação que tinha sido desmontado e depois abandonado durante o governo Bolsonaro, como também, o resgate do Fórum Nacional de Educação. E dentro desse novo governo, o trabalho que realizamos com a conferência extraordinária que realizamos e a preocupação do próprio governo de organizar e pensar o plano nacional da educação tanto é que antes mesmo da recomposição do fórum, o Ministério da Educação elaborou um grupo de trabalho onde o congresso participou e o fórum Nacional da Educação também teve assento para levantar os problemas, fazer uma avaliação do atual plano e preparar o plano futuro, a partir das conferências. Durante esse período tivemos efetiva participação nesse processo através dos nossos fóruns e conseguimos manter a luta no âmbito nacional com o Fórum Nacional Popular de Educação. Realizamos 02 conferências nacionais populares de educação – CONAPE, mas isso só foi possível porque os fóruns estaduais existentes e os fóruns municipais existentes, como o de São Paulo, que esteve conosco nesse processo nessa mobilização. Ninguém se bandeou para aquele fórum nacional da educação de Bolsonaro que não fazia nada e ficamos no campo popular, no campo da luta e fortalecemos o FNPE e as CONAPEs, com duas conferências nacionais populares de educação fortalecendo o nosso trabalho. Esse elemento traz para nós importantes reflexões para que possamos continuar esse trabalho intenso que estamos desenvolvendo. Nesse sentido, companheiras e companheiros, eu enviei para o Maciel um roteiro com os textos e apesar de não estar diretamente tratando deles, mas ele pode socializar com vocês. Mas eu quero direcionar aqui o finalzinho da minha fala para as tarefas que estão colocadas para nós nesse momento que são muitas intensas nesse processo. Eu acompanhei o finalzinho aqui da fala anterior e vocês viram um calendário de ações a serem desenvolvidas, mas eu quero chamar a atenção para que a nossa senadora contribuiu fortemente conosco esse mês para poder aprovar o Plano Nacional de Educação. Hoje, Teresa, companheiras e companheiros, recebemos a notícia da diretora Selma Rocha da provável sanção do presidente Lula ao plano dia 15 ou dia 16. Estamos pedindo que seja dia 16, porque o Fórum Nacional de Educação vai estar todo aqui em Brasília e nós queremos estar presente na hora que o presidente vai assinar a lei do plano nacional de educação. E ao assinar essa lei, teremos diversas tarefas nos próximos anos para dar continuidade ao que nós reconstituímos. Primeiro vamos considerar que dia 16 o presidente Lula assine a lei do plano nacional de educação. Então nós vamos ter após essa assinatura até o dia 16 de abril de 2028, para aprovar o plano estadual de educação. Então vejo que o trabalho que vocês já estão desenvolvendo aí junto com o fórum estadual tem essa tarefa e esse período para a aprovação desse plano. Depois temos o prazo até o dia 16 de julho de 2028 para aprovar os planos municipais de educação porque a lei do PNE define 12 meses para os planos estaduais/distrital e 15 meses para os planos municipais de educação. Então temos essa tarefa que o fórum tem um papel importante nesse processo. Chama atenção que a lei que faltava para garantir ou atuar na implementação dos planos de educação já existe. Se vocês prestarem atenção, o artigo da Constituição diz que o PNE deve articular o sistema nacional de educação. Só que nós tivemos dois planos de educação e não tínhamos o Sistema Nacional de Educação. Agora temos a lei complementar do sistema nacional de educação. E agora o PNE sendo sancionado pelo presidente Lula tem o instrumento para articular que é a lei do sistema nacional de educação. Só que a lei do sistema nacional de educação também colocou dois prazos que são importantes para que possamos observar e cobrar: primeiro da composição das comissões gestoras no âmbito nacional. Aquela comissão entre

Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais. Nós não fazemos parte dessa comissão, pois é uma comissão governamental, mas nós devemos cobrar a existência dessas comissões que vai cuidar de informações, infraestrutura e dados importantes para nós. E o prazo para isso já se esgotou. A lei do Sistema Nacional de Educação que é de outubro deu prazo para que essas comissões fossem organizadas. Então precisamos acompanhar de perto a comissão nacional e estaduais. Então é importante esse prazo. Um outro prazo tem a ver muito conosco também com a nossa participação e nosso envolvimento. A lei deu dois anos para que houvesse os ajustes as leis de sistemas estaduais municipais que já existem ou para elaborar. Então vejam que eu estou tratando aqui de três tarefas que nos envolvem completamente: o plano estadual, o plano municipal e os ajustes da lei de sistema nacional de educação. Além disso, para concluir a minha fala, temos mais uma tarefa, o Fórum Nacional de Educação tem este ano para elaborar a minuta, o texto de referência para CONAE 2028. Então vamos ter reunião do fórum agora em abril e já vamos iniciar o processo de organização e elaboração do documento referência para a CONAE. As etapas municipais da CONAE devem acontecer no primeiro semestre de 2027 e as etapas estaduais e distrital segundo semestre, sendo a etapa nacional, em 2028. Então veja que é mais um trabalho que nos envolve nesse processo de organização e de mobilização intensa com um governo democrático popular, como do presidente Lula que nos envolve para pensar elaborar coletivamente essa política, fazer a cobrança necessária, o acompanhamento monitoramento, avaliação e cobrar a implementação para mudar o cenário da educação em nosso país garantindo aquilo que historicamente lutamos e sonhamos, que é o direito à educação para todas as pessoas independentemente da idade que tenham e que essa educação seja pública com qualidade social e com seus profissionais valorizados numa escola com infraestrutura adequada com o custo aluno qualidade sendo aprovado como referência para esse financiamento para que de fato todos sejam alfabetizados e todos permaneçam na escola, todos concluam sua educação básica para seguir na educação superior com uma formação mais ampla a qual o nosso povo tem o direito e precisa. Por isso todo o trabalho que nós realizamos intensamente até agora, graças aos fóruns municipais da educação, graças ao trabalho de cada uma e de cada um de vocês, nós conseguimos consolidar o processo permanente de debate sobre a política educacional no nosso país. Da CONEB que emendamos a CONAE e CONAPE e realizamos a extraordinária em pouco tempo. Realizamos conferência em todos os estados e no Distrito Federal e colocamos pessoas em Brasília para a conferência nacional. Produzimos um documento final da CONAE, entregamos ao ministro Camilo Santana em fevereiro e esse documento serviu de base para que o Congresso Nacional também pudesse aprovar um plano nacional de educação que vamos ouvir sobre ele com mais qualidade do que eu falei para vocês com a nossa senadora Teresa Leitão. Obrigado gente valeu. Obrigado pelo convite. Fico aqui à disposição. Um abraço. **Maciel** – Obrigado pela disposição em ficar conosco, porque não conseguimos abrir agora para intervenções e é sempre muito bom, entusiasmante poder ouvi-lo. Empolga sentir que estamos no caminho certo. Empolga tanto quanto saber que teremos mais uma conferência, em suas etapas municipais, estaduais e nacional, no próximo período, ou seja, além da nossa conferência municipal, teremos a conferência convocada pelo MEC e abraçamos com muito carinho essa tarefa, porque respiramos educação no nosso dia a dia. Quero agora pedir para a Senadora Teresa Leitão e já agradecendo a presença. O seu esforço que em participar conosco, simboliza sua luta durante o processo legislativo

no Senado para a aprovação do Plano. Assim também como o Heleno, sabemos da complexidade da sua agenda, e ainda assim, dispuseram um pouquinho do tempo de vocês para dialogar conosco aqui do Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Um Fórum que possui por volta de 90 entidades inscritas, que atuam fortemente em defesa da educação pública na cidade de São Paulo e que também soma não só a sociedade civil, mas também a participação efetiva do poder público através do Conselho Municipal que é bastante ativo aqui, bem como a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo que sempre está presente e uma forte presença do legislativo municipal. Saímos de uma conferência municipal e naquele mesmo ano organizamos a etapa municipal da CONAE e na sequência, a estadual. Então foi um ano muito rico e vejo que caminhamos novamente para este processo, com overdose necessária de conferências, só que agora temos o novo plano nacional, que deverá estar sancionado ainda nesse mês na próxima semana e a luta árdua a Senadora teve enquanto relatora desse Plano Nacional de Educação lá no Senado, entendendo todas as concepções e as disputas que estão colocadas em torno da educação brasileira, vemos que com garra a Senadora teve sua estratégia vencedora. Senadora Teresa, a palavra é sua. **Senadora Teresa Leitão** - Boa noite. Eu quem agradeço. Peço desculpas pelo atraso. Estava tentando conectar o aplicativo e só consegui pelo celular. Quero agradecer ao Maciel pelo convite. Eu ouvi grande parte da intervenção de Heleno que já contribuiu bastante. Eu posso dispensar toda essa parte que Heleno citou da conjuntura dos processos anteriores até chegarmos à CONAE extraordinária que foi de fato a origem do debate do plano tirando toda a consulta e todos os pactos que foram feitos com a sociedade e a comissão técnica do MEC. Vou falar um pouco do que é o plano em seus aspectos principais e o momento atual de aprovação na comissão de educação. O plano está organizado em objetivos, metas e estratégias. Ele compõe uma base ampla para orientar as prioridades da educação brasileira. Ele não veio assim do executivo. Ele foi alterado primeiro na Câmara de Deputados e depois no Senado. O processo de tramitação foi diverso. Na Câmara de Deputados se criou uma comissão especial e nessa comissão o plano foi terminativo nela. Ele não chegou a ir para o plenário, deveria ir, mas a comissão fez um recurso ao plenário para diante do processo longo de debate. Atrasou um pouco mas foi em nome da construção de consensos. Foi muito positivo esse atraso né? E o plano foi aprovado e veio para o Senado já no penúltimo dia do ano legislativo. Por isso que nós não votamos o ano passado. Foi bem polêmico isso, mas eu já era presidente da comissão de educação. Tomei essa atitude por quê, primeiro um documento muito vasto embora com todo o trabalho feito pela Câmara o Senado não podia simplesmente carimbar. E segundo porque nos últimos dias do ano passado vocês lembram nós estávamos debatendo o projeto de lei da dosimetria e então era impossível o plano ter visibilidade com aquela disputa. Então, o presidente acatou e o MEC acataram porque foi uma decisão também do Senado. E entramos com o plano sobre a mesa do presidente Davi Alcolumbre. Demorou um pouco para se fazer também negociações a respeito da relatoria. Por fim, concluímos que o melhor caminho seria mandar o plano para a comissão de educação. E na comissão de educação eu avoquei a relatoria com pedido de urgência. O plano veio já objeto de tantas emendas no primeiro momento depois e tantas emendas acolhidas no segundo momento. E qual era a nossa estratégia? Não fazer emenda de mérito para que o plano não voltasse para a Câmara de Deputados. Em respeito ao processo nós acompanhamos e inclusive oferecemos emendas ao próprio relator e também com receio de que a polarização que existe na

Câmara pudesse interferir no plano como houve na comissão interferências em relação a propostas que o próprio movimento de educação e não apenas o movimento sindical, mas o movimento social da educação como um todo já dá por superada que era a questão do da educação domiciliar e do voucher no lugar da oferta de vagas nas escolas públicas. Isso foi resolvido na comissão especial e não queríamos que isso voltasse a polarização do plenário. Então com a relatoria em mãos eu apresentei ainda várias emendas de redação. Emenda de redação para corrigir alguns tempos. Porque o plano nos chega já depois do prazo e com algumas emendas para corrigir incongruências e o calendário previa que o plano fosse aprovado no ano passado. Então isso foi corrigido e demos então com esses ajustes de correção gramatical, de concisão, coisas pequenas para apresentação do relatório na comissão de educação na terça-feira retrasada. Com a apresentação do relatório a oposição pediu vistas regimentais e a presidência tem que conceder. Concedidas as vistas, chamamos uma reunião portanto no dia seguinte. O que a oposição queria era apresentar também um leque de emendas que não tinha sido apresentado no decorrer da tramitação. Foram emendas de mérito a maioria delas inclusive com o retorno da educação domiciliar e com o retorno do voucher. Eu rejeitei todas as emendas de mérito e acolhi seis emendas de redação. Então o processo foi célere, mas não foi um processo aligeirado por conta da do acompanhamento que nós fizemos durante todo o processo de tramitação do plano na Câmara de Deputados, o que nos valeu como argumento, E o que considero inovação desse plano? O Plano tem um compromisso muito grande com a equidade. Eu diria que a equidade se transforma no fio condutor do plano da educação infantil até a pós-graduação. Isso é uma coisa que a gente consegue agregar e agregar os aliados com qualidade, com avaliação, compromissos com os resultados e com condicionalidades. E isso traz uma novidade que é o programa de infraestrutura. Então argumentei a necessidade desse programa ser logo efetivado. Argumentei o lapso que os estados ficariam se a gente não aprovasse esse plano e naquele período de imediato. E uma novidade que o plano traz. O plano tem um processo de monitoramento mais adequado aos atuais desafios da educação brasileira, ele torna o monitoramento e, portanto, a fiscalização bienal. A cada dois anos cada unidade da federação vai parar considerando os planos de ações educacionais, as publicações bienais do INEP e a possibilidade de revisão de metas a cada ano. Essa tarefa de monitoramento e de avaliação vai ser compartilhada pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação, pelo Fórum Nacional de Educação e pelo Congresso. Isso foi a cereja do bolo que garantiu a aprovação praticamente unânime com apenas um voto contrário do representante do Partido Novo no plenário. Até quem tinha votado contra na comissão fez revisão de voto e votou favorável no plenário com esse compromisso de que o Senado criará um grupo de trabalho para já iniciar o processo de avaliação e de monitoramento do plano. Esse grupo de trabalho foi aprovado hoje na reunião ordinária da comissão de educação. Então, acho que isso dá esse plano melhores condições de sair do papel. O que critica em planos: engavetado, carta de intenções, não vai sair do papel. Eu acho que esse nos garante uma possibilidade maior de execução tanto por conta do rito que permeia todo o plano da busca pela equidade como por esses mecanismos novos de monitoramento e de redimensionamento. Outro ponto que considero importante, já apontado por Heleno é a governança desse plano, articulada no Sistema Nacional de Educação previsto em artigos que comprometem os gestores a sentar e pactuar. Então a regra do pacto federativo não é que nós ainda não temos explicitamente, mas que o sistema nos leva a essa articulação necessária entre os três

entes da federação União Estados Municípios. Uma outra inovação que eu falei muito por cima é a previsão nacional de infraestrutura escolar e a plataforma nacional de informações que vai ajudar a financiar e viabilizar os planos de ações que deve ser elaborado a cada anos para operacionalização das metas e estratégias. É isso que vai ajudar a tirar esse plano do papel. Foram corrigidas não é todo o calendário. No primeiro ano decorrente dessas inovações temos já a formalização da instância tripartite entre União, Estado, Distrito Federal e Municípios em ato do MEC para pactuar o planejamento. O INEP estabelecerá os indicadores e as projeções das metas por ente federativo. Isso é o horizonte do que precisa ser cumprido naquele período. O primeiro plano de ações da União está previsto para dar alargada no planejamento baseado no PNE. Algumas coisas terão relação com as conferências, que o Heleno já falou em relação a elaboração dos planos estaduais de educação que são os compromissos o esforço de cada unidade para alcançar as metas. E deixar bem claro eu acho que isso apesar da lei ser federal o Plano Nacional não é federal é um plano estadual. Ele depende dessa articulação entre os estados e os municípios. Por isso que no segundo ano está prevista a construção do Plano Municipal de Educação e a elaboração, divulgação de informações organizadas por ente federado, a apresentação do plano de ação de estados Distrito Federal e Municípios e a publicação do monitoramento pelo INEP. Isso é fundamental. Então isso feito a cada dois anos, chegaremos ao quinto ano com as metas previstas no anexo que poderão ser revisitadas e poderão de acordo com os levantamentos, com os indicadores, com os valores de referência apurados pelo INEP ter discutidos todos os encaminhamentos nessa instância tripartite e bipartite de gestores. E a partir do sétimo ano passaremos a ampliar o investimento público em educação de modo a atingir o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto, o PIB. Um grande sonho, hoje atingível. Então acho que essas regras inovadoras de monitoramento e de relação interfederativa é o salto de qualidade desse plano. Cada um vai ter a sua competência. E a competência que queremos ter no Senado como membro dessa comissão é fazer esse acompanhamento não é quase que rotineiro fazer a cada ano a gente pode avaliar uma política pública na comissão de educação. Esse ano nós vamos avaliar a implementação das escolas em tempo integral, mas eu quero crer que a partir desse grupo de trabalho que aprovamos hoje e vamos formar tão logo os líderes partidários indiquem a sua representação será o foco no Plano Nacional de Educação. Por quê? Existem muitas políticas públicas encaminhadas pelo MEC que já alcançam metas do Plano Nacional de Educação. Duas delas são evidências assim muito notórias. O Criança Alfabetizada, cuja adesão dos municípios já está em vias de alcançar a meta prevista no plano, o Programa de Escolas em Tempo Integral que precisa ser muito preciosamente avaliado para não se confundir. Tempo integral desconsiderando educação integral nós queremos as duas coisas. Queremos que o tempo estendido contribua para ampliação da concepção de educação integral e o Programa Pé de Meia que tem conseguido uma meta muito importante não só de acesso, mas sobretudo de permanência dos estudantes do ensino médio até a conclusão da educação básica. Então, são procedimentos que precisam estar bem articulados nesse processo de monitoramento que podem remeter também aos estados e aos municípios em seus planos estaduais e municipais com essa condição de exequibilidade, com essa condição de termos sim um instrumento decenal que vai estar diretamente ligado à implementação da lei do Sistema Nacional de Educação que é uma lei

estruturante da educação nacional e ao mesmo tempo está aberto para a dinâmica da própria execução do plano. Pensar uma meta hoje e na hora que ela vai ser executada se evidencia lacuna, um limite ou se evidencia até uma coisa maior ou melhor do que a própria meta propunha. E aí a necessidade e a possibilidade dela ser revisitada de modo que a gente chegue ao final do decênio com um plano que de fato possa contribuir para a qualidade da educação e ter os seus objetivos de equidade, de acesso, de qualidade, de valorização profissional totalmente atingidos. Eu acho que isso é um sonho que é possível ser realizado se a gente tivesse essa disciplina do monitoramento. Eu dizia isso ao final da minha defesa do plano no dia que ele foi votado no plenário. Uma lei não é um fato consumado. Uma lei é um fato dado. E cada fato dado ele tem uma dinâmica que pode ser reconsiderada. E cito sempre nesses aspectos os versos de Drumont: "As leis não são tudo porque os lírios não nascem da lei". Por isso que a lei é um fato dado e nós estamos em busca dos lírios que fizeram essa lei, mas que precisam ser regados constantemente. É o lírio de uma criança que aprende a ler. É um lírio que floresce com uma criança que consegue concluir, com um jovem que consegue entrar no ensino médio concluir o seu ensino médio, com um jovem que consegue acessar a universidade, com um professor que se sente valorizado com o piso salarial que é restaurado com mais investimentos na educação. Então tudo isso com um plano de estrutura, de infraestrutura escolar que não está considerando apenas o que se considera infraestrutura nos seus aspectos de pedra e cal. Não que pedra e cal não sejam fundamentais, na verdade, são importantíssimos. E tem um projeto do governo que também está incluído nesse plano que é a escola conectada. As escolas conectadas abrem novos horizontes para os professores e para os estudantes. Isso é considerado nesse plano de infraestrutura assim como ter água potável, assim como ter saneamento, assim como ter água encanada, assim como ter eletricidade. A gente pensa que o Brasil tem tudo isso, mas tem tudo isso em grandes centros como Recife onde eu moro como em São Paulo onde está se realizando essa audiência. Mas nós temos muitos municípios que ainda precisam desse investimento que vai proporcionar a igualdade. Sem atacar uma política forte de equidade nós não combateremos a desigualdade. Então acho que esses pontos de inovação são os pontos principais do plano e concluo parabenizando vocês por já estarem se antecipando a este debate. Isso é fundamental. Os fóruns municipais de educação, os fóruns estaduais de educação e o fórum nacional de educação tiveram papel importantíssimo na representação na mobilização e na representação social que deram a elaboração desse plano. Nós fizemos audiências públicas só depois que o projeto foi encaminhado para a Câmara de Deputados e ouvimos muitos de vocês e vocês trouxeram o enriquecimento desse debate para nós legisladores e foi muito positivo. Nos dá muito conforto e segurança de permanecer nesse diálogo que traga as vozes de quem faz educação, as vozes de quem vive a educação, de quem formula, de quem defende, de quem promove, de quem luta pela educação para dentro da lei para que a lei ganhe não apenas aspectos jurídicos formais corretos, mas que também a lei ganhe legitimidade social. O Plano Nacional de Educação com essa dimensão que ele tem não pode prescindir disso. Por isso que eu termino parabenizando a vocês e nos colocando à disposição para as lutas que virão que certamente serão muitas ainda. Muito obrigada! Maciel – Nós que agradecemos a ambos e quero propor que o Pleno e manifeste com até cinco inscrições, devido ao tempo, retorno aos convidados para respostas e considerações finais. Pode ser assim? Vamos lá! Adão é o primeiro inscrito, na sequência, Claumir e Fatima. **Adão** - Eu queria

que o professor Heleno aprofundasse um pouquinho mais a questão do alinhamento dos planos municipais e estaduais com o plano nacional porque recentemente nós tivemos a questão da Escola Sem Partido que foi aprovada em Alagoas, por unanimidade e depois o ministro Barroso barrou, mas foi reproduzido em outros municípios. Nesse sentido, recentemente a questão das cotas em Santa Catarina e assim por diante. E aí, entendo que tinha a possibilidade de caminhos diferentes para o Executivo, mas o Plano Nacional de Educação se propõe a acompanhar a implantação dos planos municipais respeitando a especifidade, mas numa mesma direção. Há um sentido de federação mesmo, um alinhamento. Cada diploma universitário multiplica de três ou mais vezes a renda familiar, o que nos garante uma evolução muito grande na parte econômica. Importante dar sentido de não somente uma qualificação, mas de geração de renda qualificada enquanto nação. **Claumir, FETE** - Boa noite, Teresa! Minha grande companheira. Heleno, meu grande companheiro. Eu me inscrevi mais para enfatizar a importância que vocês dois tiveram aqui. Até um dia a gente passou no seu gabinete Teresa com a Silvana e conversou da importância desse plano lá atrás né e da importância de vocês nesse processo. Porque o que acontece aqui em São Paulo, por exemplo, nós vamos enfrentar sérios problemas. Nós temos um governo de direita tanto no âmbito municipal quanto no âmbito estadual. E a participação, a presença constante de vocês aqui vai ser importante para a gente. Por mais que nós tenhamos entidades por mais que nós tenhamos o movimento popular junto movimento sindical e outras forças que dão importância a esse plano decenal nós também temos as forças contrárias. Como dizia o um ex-presidente aí que que deu um golpe e fugiu, as forças ocultas né? que depois também voltou a ser prefeito de São Paulo. Ele dizia o homem da vassourinha das forças ocultas que ele largou a presidência por causa das forças ocultas. Então nós temos essas forças ocultas aqui em São Paulo e nós vamos ter que enfrentar essas forças ocultas. Então a participação de vocês, a ação de vocês junto com a gente vai ser importante nisso. A gente tem uma vantagem de ter um governo do presidente Lula e um MEC que agora o Camilo tá saindo, mas entrou um outro companheiro continuam os mesmos companheiros para ajudar a gente para estar junto com a gente. E a importância disso. Então é importante isso. E aí se vocês falaram bastante, mas é importante. É só enfatizar isso nessa questão de vocês estarem junto com a gente do trabalho importante que vocês fizeram. E eu queria que o Heleno ou a Teresa, não sei se você tem essa informação: quando vai ser assinado o plano pelo presidente Lula. Não sei se você tem essa confirmação já se o Heleno porque deixou essa dúvida, Heleno? De repente a gente vai fazer umas caravanas. A Apeoesp vai mandar pelo menos um ou dois ônibus né. Agradecido a vocês dois e mais uma vez ao Maciel. Maciel - Só lembrando, nessa perspectiva da fala do Claumir, lembrar que precisamos ver, o quanto o PNE cerca a discussão, por exemplo, das escolas cívico-militares ou alguma outra proposta que contraria a ideia de equidade que o plano traz e que a Teresa coloca. **Fátima Antonio – Setorial PT** - Olá boa noite. Primeiro eu queria agradecer muito Heleno e Teresa por estarem conosco aqui hoje. E na verdade, eu tentei fazer uma articulação da quantidade de coisas que nós temos aqui para tentar garantir que de fato o Plano Nacional de Educação e Planos Estaduais e Municipais não entrem para as gavetas e entendo que o Sistema Nacional de Educação pode e deve ser o maior articulador de tudo isso. E aí Heleno quando você falou das comissões, a comissão federal e estadual que estão previstas no Sistema Nacional de Educação que tem um prazo, você disse “espero que tenham sido formadas. Então eu queria entender que

mecanismos temos para efetivamente saber se essas comissões se instituíram. Sei que o MEC, obviamente deve estar nessa condução, mas eu queria entender um pouco mais caso um estado não queira formar ou caso, por exemplo, alguns estados não queiram. O que que vai acontecer? Qual o mecanismo de controle, de acompanhamento para verificar que essas comissões estejam acontecendo. E uma outra dúvida é que eu sei que os fóruns não vão fazer parte dessas comissões, mas eu penso que eles precisam estar articulados. O fórum precisa se articular com o fórum nacional e estadual, uma vez que nós todos vamos desembocar nesta construção. Enfim é isso. **Maciel** – Obrigado, Adão, Claumir e Fátima, devolvendo a fala aos convidados, primeiramente o Heleno e na sequência a Senadora Teresa. **Heleno Araújo** - Muito bem. Primeiro acho que o Adão traz algo muito importante somada a fala do Maciel que aponta um trabalho intenso e muitos participantes do Fórum Municipal de SP, e o Adão traz a necessidade desse alinhamento dos planos. Eu fiz um resgate histórico aqui e falei os números. E o fato de governos que não tenham interesse, pode barrar os processos. Ter somente unidades federativas com plano em estados e municípios é para não funcionar, não implementar. Fizemos toda uma elaboração nova dentro do Ministério da Educação que foi a SASE/MEC, a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, onde o Abicalil depois o Binho conseguiu formar uma equipe técnica nos estados que vem ajudando a criar os planos de educação. Só não conseguimos no Rio de Janeiro aprovar o plano estadual de educação. Então foi o único que chegou na Assembleia, mas não foi aprovado. foi o único, mas os municípios deram conta dos planos municipais, e todos precisam focar na qualidade, e o Adão fala desse alinhamento necessário porque essa é a Constituição Federativa do Brasil. A união garante as diretrizes nesse processo que deve ser acompanhado pelos estados e municípios. E aí o Adão deu um exemplo claro nesse processo. A escola cívico-militar cresce nos estados bolsonaristas nos estados conservadores, mas muitas vezes é derrotada no Supremo Tribunal Federal porque não existem essas diretrizes para a escola cívica-militar. O mesmo acontece pra escola domiciliar, homeschooling que de vez em quando o município tá aprovando e depois é derrubado na justiça porque não tem também essas diretrizes nacionais e o estado e município não tem autonomia para fazer esse trabalho. Então a luta permanente que estamos fazendo contra aqueles que o Claumir chamou de forças ocultas, mas não tão ocultas assim. Você vê a dificuldade que nós tivemos do texto inicial do plano nacional de educação que chegou no Congresso sem nada sobre a questão socioambiental que foi alvo de disputa no Congresso. Então essa disputa permanente é o trabalho que a Senador Teresa Leitão fez e faz no Senado. É necessária muita articulação porque a intenção deles era não aprovar nada e tentaram todo tipo de emendas para consolidar a educação domiciliar, a escola cívico-militar e nós conseguimos segurar. Então a forma de condição que a Teresa fez dentro do Senado para poder aprovar e de uma forma que não voltasse para a Câmara foi um trabalho espetacular desse processo para buscar esse alinhamento necessário que o Adão trouxe e chamou atenção. Para isso a SASE que retornou no governo Lula criou também equipe técnicas para acompanhar e já ajustar esse processo. Antes desta pauta, vocês estavam falando de datas e ajustes para essa elaboração que passa por um diagnóstico local. Não queremos simplesmente que se o plano nacional propõe acabar com analfabetismo, o estado ou município copie e cole. Precisamos ter um diagnóstico local. Quem são esses analfabetos dos municípios? Qual o quantitativo? Quantos anos a gente precisa para poder acabar com analfabetismo no município? Então a partir dessa realidade você faz o alinhamento das diretrizes batendo

com essa realidade para poder você ir consolidando a implementação do Plano Nacional de Educação. Então isso é muito importante essa atenção que o Adão chama nesse processo. E o Claumir chama atenção para que não estejamos isolados. Vocês lembram que eu fiz aqui um resgate histórico e o plano nacional anterior foi aprovado por unanimidade no Congresso onde aconteceu a disputa para tirar tudo que é tipo de gênero dentro dos planos estaduais e municipais com um documento uma carta da bancada evangélica para os estados e municípios. E aí começou aquela intensificação aquele embate que eles fizeram lá embaixo na hora de planizar planos municipais e planos estaduais. Dessa vez começaram a disputa aqui por cima, tentando emplacar todo tipo de emenda. Então nós conseguimos blindar e a prova é que a Teresa falou de um plano dos nossos sonhos e de fato, não é o dos nossos sonhos. É um plano de disputa. Dessa disputa que hoje não está mais tão oculta assim, está aberta escancarada, batendo pesado sobre isso o tempo todo e nós fazemos esse enfrentamento que é fundamental nesse processo. Para isso, nós precisamos desses instrumentos de organização. E a e a Fátima chama atenção para a questão das comissões. Vou anotar roteiro que eu mandei para o Maciel e ele socializa com vocês. A CIBE, Comissão Intergestores Bipartite da Educação tem a função de atuar na secretaria estadual, mas a Comissão Nacional é tripartite. Então, União, Estados e Municípios tem a função de coordenar e pactuar políticas educacionais a nível nacional funcionando como espaço de diálogo e ela tem o objetivo de estabelecer regras parâmetros objetivos e princípios comuns para uma gestão compartilhada com foco em planejamento, financiamento, avaliação e qualidade. Então elas publicam resoluções na ideia de efetivar essa pactuação entre os três entes federados. CIBE é uma comissão intergestores para construir e aprovar políticas de forma democrática. O foco é implementar políticas de colaboração em áreas específicas como transporte escolar, merenda, educação integral. Essas duas comissões tinham prazo até de janeiro para serem elaboradas. Acho que já saiu a publicação da Nacional com essa Comissão tripartite e vocês podem verificar se foi publicado a do estado para poder acompanhar, de forma mais efetiva e paralelo para ajustar a lei de sistema. Aqui já tem lei de sistema, mas precisa ser ajustado alinhando as diretrizes da lei que esse alinhamento que o Adão chamou atenção, também para os sistemas de ensino que pode ser estadual junto com municipais ou pode ser o sistema estadual e sistema próprio municipal. Aí depende da configuração e das atuações feitas em cada espaço. Então, esses são instrumentos que precisamos acompanhar e cobrar. E o caminho, caso não se cumpra, conforme pergunta a Fátima é o que está na lei federal e deixou de cumprir, então vamos procurar o Ministério Público, denunciar na Assembleia Legislativa, fazer todo movimento. Essa semana eu vi um vídeo do deputado federal de Minas Gerais, o Rogério Correa que está com um projeto de lei para considerar a lei de improbidade administrativa para aquele prefeito ou governador que não cumprir, perder o mandato. Podemos trabalhar nessa perspectiva. Não cumpriu a lei perde o mandato. Então nós temos que fazer a pressão para poder avançar. Valeu! Quero agradecer mais uma vez ao Maciel, cada um de vocês pelo convite e essa oportunidade de dialogar juntamente com minha conterrânea, minha presidenta do meu sindicato, minha senadora, minha professora sindical, a professora Senadora Teresa Leitão. Que maravilha. Um abraço. **Teresa Leitão** – Veja, tem uma questão que permeia todas as perguntas e preocupações de vocês e nossas. Quando eu disse que o plano ele é nacional ele não é federal é porque ele também tem que respeitar a autonomia dos Estados. Foi o que aconteceu com as escolas cívico-militares. Havia um

programa nacional com recursos destinados no orçamento para esse Programa nacional de escolas cívico-militares no governo Bolsonaro. Com esse recurso inclusive se pagava os oficiais de reserva que vão para a escola, inclusive dar tapa e perseguir estudantes. Isso tem acontecido em algumas escolas. Quando Lula ganhou o MEC acabou com esse programa. Então as escolas cívico-militares deixaram de ser sedutoras para aqueles municípios que dependiam desse recurso. O prefeito da minha cidade mesmo estava a fim de implementar uma escola cívico-militar. Eu era deputada ainda. Fui lá com o sindicato porque ele achava que ia receber uma escola nova, que essa escola ia ser mantida. Digo não, você vai ceder uma escola. Eles podem pintar essa escola pode ajustar essa escola. O que eles vão fazer é botar gente dentro, gente reserva do exército e você que vai continuar pagando seus professores mantendo merenda tudo como é das outras escolas. Eles vão mudar a proposta pedagógica do município porque eles querem uma proposta pedagógica só deles. Então não se seduza não se deixe seduzir porque você não vai ganhar mais dinheiro para o município por conta disso. Mas os estados que têm condição de manter com seus próprios recursos, infelizmente estão mantendo, mas não é mais um programa nacional. Mas a gente tem que estar atento sim para isso não voltar no plano como aconteceu com as escolas com a tal ideologia de gênero. Em Pernambuco, ganhamos por um voto de minerva e derrotamos na comissão de justiça. E lá quando derrota na comissão de justiça não vai para o plenário. Mas em muitos municípios a redação da extrema direita prevaleceu. Esse debate da ideologia de gênero ele não houve. Ele foi substituído pela disputa dos fundos públicos, pela disputa do dinheiro público que eles querem fazer, disfarçando nessas duas propostas porque o ensino domiciliar sendo mantido, não pode ser fiscalizado pelo Estado, mas eles querem que seja uma professora paga pelo Estado com dinheiro público. Dão a impressão de que o pai vai ter liberdade de escolher sua escola, mas o voucher é recurso público para uma escola privada, se caso a família escolha que pagar a mensalidade de uma escola privada. Então essa disputa não morreu dada as regras do sistema federativo brasileiro onde municípios e estados têm autonomia, porém a gente tem uma força grande de intervenção com o sistema nacional de educação. É isso que nós temos que aprimorar nos estados e municípios, inclusive discutir projetos de regime de colaboração de modo que dificulte essa distância ou distorção das diretrizes nacionais que um plano nacional de educação propõe. É isso que a gente quer. Se um município ou outro tem uma característica como um estado ou outro pode ter da sua própria diversidade, contempla essa diversidade, mas dentro da linha e dentro da referência. O que foge a diversidade é distorção de diretrizes. Então isso vai ser uma luta muito grande que nós vamos ter que fazer. Os estados terão que seguir as diretrizes os municípios terão que seguir as diretrizes principalmente agora que nós temos um sistema nacional de educação. Isso que foi colocado por Claumir e Fátima. Mas, hoje temos por parte do MEC uma coordenação mais apropriada e mais voltada para isto. Essa instância tripartite que está prevista é uma estância de pactuação e de planejamento. Então, se você pactua entre os entes é esse conteúdo que vai ser implementado. Vamos ter que ter muita atenção porque o fator também é político, pois vejam a questão dos combustíveis onde dois estados não quiseram aderir ao desconto do ICMS por questões políticas. Isso pode acontecer e tenhamos olhos muito abertos por conta dessas duas propostas que eles perderam no Senado e Câmara e voltaram com elas compondo esse leque de emendas e propostas que foram rejeitadas na Câmara. Então, é olho aberto e muita capacidade de mobilização, muita articulação técnica também para que a gente vença com a força

do argumento e possamos de fato conduzir esse plano da melhor maneira possível. Eu soube hoje na reunião da bancada, pelo ex-ministro Camilo que reassumiu o posto de senador que seria dia 14, mas Heleno soube depois e pode ser dia 14 ou 16. O que a gente quer é que seja uma sanção pública, que não seja uma coisa burocrática lá no gabinete do presidente e creio que não será. Eu acho que será algo assim público não é uma coisa massiva porque o Senado, plenário ou Planalto não cabem, mas queremos garantir uma sanção pública, com testemunhas oculares e dentre essas testemunhas todos aqueles que contribuíram para esse plano de fato existir. Não é um plano ideal, mas ele é muito melhor do que o anterior, que também foi um plano possível para essa conjuntura e que abre um horizonte de possibilidades. Se a gente conseguir monitorar de forma articulada a sua implementação. Então muito obrigada mais uma vez pelo convite. Foi bom estar com vocês. É sempre bom ouvir Heleno, que está com uma visão muito geral. Sai da presidência da CNTE, mas continua na presidência do Fórum Nacional de Educação e nos representando também internacionalmente em várias outras instituições. Vamos à luta porque é ela que vai construir os horizontes de direito que nós precisamos alcançar. Maciel – Agradecido, Heleno Araújo e Senadora Teresa Leitao, vocês abrilhantaram nossa reunião nesta noite. Foi muito importante nos situar sobre todo este processo com riqueza de informações. Quero lembrar que no dia 15 de abril teremos a Marcha da Classe Trabalhadora, organizada pelas Centrais Sindicais e obvio que lá estaremos também para a solenidade de sanção, pelo Presidente Lula, do Plano Nacional de Educação. Este momento coroa toda a mobilização que fizemos em torno das Conferências Municipal, Estadual e Nacional, da CONAPE e CONEPE SP e toda a luta pela educação de qualidade, socialmente referenciada. Quero ressaltar a importância de participarmos dos Seminários sobre o Sistema Nacional de Educação, que o Fórum Nacional vem promovendo. Semana passada o seminário debateu a questão dos princípios e concepção do Sistema Nacional de Educação e o próximo vai tratar da gestão democrática e controle social. Aliás, são ainda mais cinco seminários que vão tratar de tópicos muito importantes sobre o Sistema Nacional de Educação e recomendamos e me comprometo a colocar as datas no grupo do fórum. Propondo retomar aqui nossa pauta e passando a coordenação para a Débora, Coordenadora, mas não sem antes apresentar o próximo ponto da pauta: **Pré-conferências Regionais por Subprefeitura.** A Lucimeire já apresentou a questão do item seis da pauta que era a as deliberações da Comissão das Quatro Instâncias, porém não abrimos para o debate e pergunto se há alguma questão que ficou pendente desta pauta. Não havendo, início o debate sobre as Pré-Conferências, abrindo o caminho pra elaboração do plano de forma coletiva e pactuada, como disseram nossos convidados, entre o Fórum, a Secretaria, o Conselho e o Legislativo. Durante a discussão da Comissão das Quatro Instâncias, a Secretaria assumiu a impossibilidade de organização desta etapa da elaboração do Plano. Porém, consideramos de suma importância fazermos o debate não só no âmbito das DREs, que é uma área administrativa extensa em várias regiões. Mas, desenvolvermos um recorte do território mais específico e por isso, na reunião de outubro, aprovamos a realização das Pré-Conferências por Subprefeitura. No debate, a Comissão aprovou o apoio a essa etapa, mas sem estar a frente da organização. Entendo ser possível, que cada atividade possa contar com a organização de 02 entidades membro, lembrando que somos 88 entidades e 32 Subprefeituras. Neste sentido, é possível finalizar esta etapa em novembro, em um intervalo máximo de 15 dias em cada atividade. Sobre o debate, temos análise do relatório da Conferência Municipal de

Educação – PME 2023, bem como, uma primeira análise dos Planos Regionais pós conferência. Por anteceder as Conferências Regionais, podem trazer e levar demandas para a próxima etapa. Não será uma tarefa fácil, mas possível, já que cada entidade estará responsável por apenas uma Pré-Conferência, que poderá ser de meio período, mas permitirá que quem quer debater a educação, tenha um espaço democrático, delineado pelo Fórum Municipal, com o apoio da Secretaria. Sabemos que o calendário deste ano é apertado por conta da Copa do Mundo, das eleições no segundo semestre, mas a gente entende que não podemos abrir mão desta possibilidade de participação social, uma vez que a nossa meta é ter o novo plano municipal de educação aprovado em meados de maio/junho do ano que vem. Este espaço democrático, se soma às Conferências Regionais, aí sim de responsabilidade de todos, mas organizada pelas DREs, a Conferência Municipal, as consultas e audiências públicas e mesmo as conferências temáticas que deverão ocorrer durante o processo. Caso o pleno do Fórum assim delibere, é fundante o comprometimento das entidades que o compõem a organizar apenas uma atividade e contar com o apoio de todos que atuam nestas regiões específicas. Por exemplo: Pré-conferência regional do campo limpo. Quais são as pessoas que compõem o fórum e fora dele que atuam nesse território e que podem assumir a coordenação e organização dessa pré-conferência que pode ser uma atividade de meio período, pois não precisa ser de dia inteiro. Qual o melhor local público para a realização? Uma escola, um CEU, outro local comunitário? A Comissão de Monitoramento e Sistematização pode pensar numa melhor divisão administrativa buscando juntar 02 ou mais regiões. Até fizemos aqui um exercício de pensar um pouco como é que se daria a questão do calendário quinzenal tirando os feriados, pensando em um sábado, por exemplo, uma atividade pela manhã e a outra à tarde no mesmo dia. Então, juntamente com a discussão que a Lucimeire trouxe sobre a questão do calendário, pensando no PME na Rede, Pré-Conferências Regionais por Subprefeituras, Conferências Regionais e Conferência Municipal, está aberto o ponto para ver se abraçamos estas tarefas, pois o fórum não tem como encaminhar algo que não seja abraçado e incorporado pelo pleno. **Iva Mendes – Fórum MOVA** - Boa noite gente. Eu só queria saber se quem se a entidade que se comprometer com as pré-conferências regionais vai ter reconhecimento realmente pelo por esse fórum, se vai ser valorizada. Eu quero saber por que nós já fizemos isso em outro momento. As entidades já se responsabilizaram pelas pré-conferências regionais e por exemplo o Mova se responsabilizou por uma e não foi reconhecida por esse fórum. Então é isso que eu quero saber. Vai ter reconhecimento, vai ser valorizado ou nós vamos fazer um trabalho e ele não vai ter importância nenhuma. Nós vamos nos desgastar para realizar essas pré-conferências e não vai ser reconhecido por esse fórum. É isso que eu preciso saber. Ficou só uma dúvida se é pelo fórum ou se é pela instituição Secretaria Municipal de Educação que você está se referindo pelo fórum? **Maciel** – Respondendo, dialogando com a Comissão das Quatro Instâncias, garantimos no decreto a questão da realização das pré-conferências por subprefeituras, com o adendo de que as DREs precisam contribuir e colaborar com esse processo. Então está reconhecido oficialmente, com publicação em Diário Oficial. **Edilene – FEMEISP** - Boa noite, eu queria fazer uma pergunta pra Lucimeire. Eu não sei se você consegue responder enquanto representante de SME. Na sua fala você disse que nós do fórum seremos responsáveis por fazer a as plenárias para as pré-conferências. SME vai entrar com o dinheiro porque a gente vai precisar de transporte toda uma logística, e aí ficou pairou essa dúvida. Quem vai bancar essas pré-

conferências ou conferências? **Lucimeire** - As pré-conferências por subprefeitura não tinham sido previstas anteriormente. Essa foi uma proposta que veio agora e as conferências regionais e a conferência municipal tem dotação orçamentária prevista. Agora, para as pré-conferências a gente tem que fazer ajuste com o orçamento que a gente tem e ver o que que dá para disponibilizar. Mas de antemão na proposta orçamentária a gente tinha colocado que já tinha feito anteriormente que são as conferências regionais e a conferência municipal pensando exatamente o modelo desenvolvido em 2023. **Maciel** – Então, por isso que a Lucimeire fala que as pré-conferências por subprefeituras é uma novidade e eu já participei de várias por subprefeitura em diversos temas e secretarias. O que a gente precisa é pensar como organizar, até porque já aprovamos esta etapa na reunião de outubro e buscamos aqui sair com um grupo que pense essa organização. **Lucy Duró** - Pessoal concorda em fazer as pré-conferências por subprefeitura? Acho que sinceramente falando, no meu caso, a gente chega num ponto que não tem mais fôlego, entende? É muita atividade e aí eu fico pensando se não seria melhor a gente fazer a regional e fazer algo muito bem-feito, porque além dessas pré-conferências ainda tem a regional. Então eu fico pensando o desgaste que é tudo isso, porque eu participo muito de comissões organizadoras e sempre tem meia dúzia trabalhando muito para a coisa acontecer. As pessoas se envolvem se mobilizam, mas na hora do "vamos ver" muita gente não contribui porque as pessoas não têm fôlego mesmo, entende? Não é nem vontade, é dinâmica. **Maciel** – Então, Lucy, você tem razão. Mas só lembrar que estamos falando aqui que a entidade vai assumir uma pré-conferência que poderá ser realizada por meio período e não precisa estar sozinha. É responsável enquanto referência local. A ideia é que a entidade não vá assumir mais do que uma, senão ela não dá conta mesmo. Ricardo - E essas conferências são temáticas também? Podemos debate e tematizar em uma movimentação mais favorável. Desculpa não é que eu gostaria de defender as pré-conferências, porque elas podem ser temáticas e podemos fazer uma conferência que vai discutir especificamente uma questão da educação, por exemplo, a questão racial o feminicídio. Podemos discutir de uma série de formas e não necessariamente fazer algo tão completo como a gente vai ter que fazer no regional. Então eu defendo essas pré-conferências porque elas já movimentam as pessoas mesmo que tenha pouca participação, e às vezes é necessário porque ela gera e movimenta um debate de uma discussão local que é fundamental. Mesmo que seja desgastante, é necessário ter um embrião de movimentação. Sempre damos um jeito. **Claumir – FETE** - Eu estou tentando ficar quietinho, mas o que o Ricardo e o Maciel falaram são coisas diferentes. O que o Maciel passou pelo que eu entendi, me corrijam se eu estiver errado. A proposta que eles estão fazendo é que tenha uma pré-conferência em todas as subprefeituras. Se for fazer duas por mês são 16 meses. Se for quatro por mês são 8 meses e meio. Ou seja, extrapola o período do fórum. Essa é a primeira coisa. Segunda coisa: uma não exclui a outra. Não exclui o movimento de fazer a pré-conferência como sempre fizeram. Como não exclui fazer esse debate que você disse como vocês sempre fizeram. São coisas diferentes. Estou errado na minha avaliação Maciel? Agora eu repito uma coisa não exclui a outra. Então o calendário assim, além de tudo quem vai organizar as prefeituras. Eu estou aqui defendendo que a gente não encaminhe esse compromisso das subprefeituras. Segundo: Isso não impede que os segmentos façam as suas discussões, até porque eu, Bonfim, Felipe e mais não sei quem nós somos representantes de uma entidade estadual. E aí em que região a gente vai fazer? E quem é mais é representante

do município. Em qual em qual região você vai se apegar no município inteiro? Qual das subprefeituras porque a maioria das entidades são representações da capital não são representações de uma entidade da capital. A Lucia é representação de toda a capital. Ela vai se pegar no Butantã, que é que é a região dela ou ela vai se pegar em Perdizes que é a região onde fica a sede da entidade dela. É isso que a gente tem que pensar. A APEOESP por exemplo vai pegar o centro que fica na república ou vai pegar a região do Bonfim que mora em Pirituba, mas milita na Lapa? **Maciel** - Vamos encaminhar pessoal. Como é que vocês preferem fazer? A gente vota com duas posições contrárias, sendo do Claumir e Lucy, e uma favorável, do Ricardo ou aprofundamos o debate? Alguém ainda tem dúvidas? **Ricardo** - Eu acho que não tem polêmica em relação a isso. Se existe um problema de tempo, mas a prerrogativa agora é realizar em tantas subprefeituras e temos pessoal suficiente para que os debates aconteçam. Isso tem que ser garantido nas regiões, não porque nós queremos fazer isso, mas porque é importante. Quem não quer fazer não faça. Se não dá para vincular com as subprefeituras, vemos outra forma. Só acho que não precisa votar. **Claumir** - Eu acho que a gente não tem que votar nada aqui. A gente garante que os debates aconteçam por representações dentro de uma discussão de pré-conferência independente das subprefeituras. Mas quem tem compromisso tem que fazer, tem gente que quer fazer e que tem que ter o reconhecimento do fórum. **Lucy** - Eu concordo com o Claumir, quem puder levar as discussões para os territórios, acho perfeito. Eu se conseguir posso me mobilizar a fazer isso. Agora o compromisso é que pega por conta de tempo mesmo. Não há tempo entende? A ideia é fazer a regional e a gente mobiliza todo o nosso fôlego e tempo em função da regional, mas quem estiver disposto e tem condições de fazer esses debates nos seus territórios eu acho perfeito. **Maciel** - Vamos lá pessoal. Mais alguém gostaria de se pronunciar? Alguma outra proposta? O que estamos encaminhando é que o fórum não assume a realização das pré-conferências por subprefeitura e deixa livre para cada entidade fazer o que quiser e o fórum abraça e está junto. É isso? Sem novas manifestações deliberamos que não haverá mais as pré-conferências regionais por subprefeitura. Vamos ao próximo ponto que é o debate sobre a organização das **Câmaras Temáticas do PME**. Precisamos divulgar como ficaram as opções das entidades do fórum em relação aos eixos ou objetivos para o aprofundamento do debate. Algumas câmaras temáticas ficaram com duas entidades, outras nenhuma, mas a maioria com número suficiente de participantes. Acho que é importante respeitar o que foi indicado pela entidade e iniciar a formação dos grupos de WhatsApp e começar a dar trabalho para que as câmaras técnicas aprofundarem a análise dos relatórios da conferência 2023, a Linha de Base sendo reconstruída e atualizada pelo conselho. Também, os ciclos de debate que estamos fazendo, o próprio plano nacional, entre outros e para vocês terem uma ideia, em relação ao tema sobre acesso à educação infantil ficou a CUT, o Fórum Municipal de Educação Infantil, o Fórum Paulista de Educação de Infantil e COPED. Na qualidade da educação infantil ficou o CEERT, Coletivo Paulo Freire, FETAM, FPEI, Mandato Ver. Hélio Rodrigues, Movimento Caravana da Educação, COPED, Aprofem e o Sindsep. Ou seja, temos bastante participação neste processo. E precisamos criar a Comissão do PME pelo Fórum para juntamente com a Comissão das Quatro Instâncias desenvolver a ementa para cada grupo trabalhar. Nosso último ponto antes dos informes é o **processo eleitoral da Executiva do Fórum**. Vocês receberam por e-mail uma resolução da secretaria executiva do fórum. Fomos eleitos em 07 de maio de 2024, portanto agora em maio procederemos a renovação da executiva, a partir da

divulgação da Resolução 001/26, nos seguintes termos: **RESOLUÇÃO FMESP 001/26 - Ref:. Eleição Executiva FME -** A Secretaria Executiva do **Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo**, em cumprimento ao seu Regimento Interno, encaminha para aprovação, em **reunião ordinária de 07 de abril de 2026**, a seguinte Resolução: 1 – **A eleição para a realização da recomposição da Secretaria Executiva do Fórum Municipal de Educação será realizada no dia 07 de maio de 2026**, às 19hs, na Câmara Municipal de São Paulo. **RI - Art. 4º -** A eleição da Secretaria Executiva, do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, para um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por mais um mandato para o mesmo cargo, dar-se-á entre seus integrantes e **será realizada em reunião ordinária convocada para esse fim, com pauta publicada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias,** por maioria simples dentre os presentes à reunião. 2 – A inscrição de entidades aptas a participarem do pleito, na condição de candidatas será realizada, por meio do preenchimento de link, constando nome, fone e e-mail da entidade e da/o titular indicada/o (representante da entidade no FME), até as 23h59 do dia 20 de abril de 2026. 3 – **Para ser considerada apta, a entidade deverá ter participado de ao menos 50% das reuniões em 2025** e ter solicitado o ingresso ao Fórum até o primeiro mês de solicitação de ingresso (março de 2025), estabelecendo o prazo de 01 ano, como data limite para participação no processo eleitoral, enquanto candidata. RI - Art.6º - §1º - A solicitação de ingresso no Fórum deverá ser feita por meio de ofício ou e-mail encaminhado à Coordenação, nos meses de março, junho e setembro. Além de justificar a solicitação, o ofício deverá informar o tempo de existência, especificar o campo de atuação, com breve histórico no campo da educação da entidade/órgão/movimento e já conter a indicação de titularidade e suplência. 4 – No ato da inscrição a entidade deverá observar o Art. 7º, §2º, do Regimento Interno, mesmo que não tenham sido suspensas, por deliberação do Pleno, a saber: ***RI § 2º -*** *Entidades que não participarem de 03 (três) reuniões consecutivas sem falta justificada serão suspensas do FME, sem direito a voto, até que formalizem o pedido de atuação regular a ser analisado pelo pleno do Fórum. Entidades suspensas não serão contabilizadas na contagem de quórum.* 5 – Fica determinado o impedimento de participação no pleito, as **entidades que não atenderam a deliberação de atualização cadastral,** aprovada em reunião de 07 de outubro de 2025, por meio de link encaminhado em 31 de outubro de 2025, reiterada em reuniões posteriores. 6 – **Deverão ser indicadas até 03 (três) entidades membro para acompanhar os procedimentos da Secretaria Executiva,** em especial ao contido nos itens 02 a 05 desta Resolução, bem como durante todo o processo, com direito a voz e voto, quando necessário. 7 – A Secretaria Executiva deverá **publicar Comunicado em 25 de abril de 2026**, com a relação das entidades inscritas e seus respectivos candidatas/os e cargos pleiteados. 8 – Não havendo concorrência para o mesmo pleito, a eleição poderá se dar por aclamação, e em caso de disputa, deverão ser confeccionadas cédulas de votação. 9 – A posse da nova Secretaria Executiva, se dará imediatamente após a aclamação/apuração dos votos. **Deliberado em 07/04/26. Pleno do Fórum Municipal de Educação. Executiva do Fórum Municipal de Educação.** Lida a Resolução, pergunto de alguém tem alguma dúvida e se podemos aprová-la? Tranquilo. Ok, então, aprovada e será praticamente os mesmos moldes da eleição passada. Bom, a resolução aponta a necessidade de que 03 entidades acompanhem o processo, enquanto Comissão Eleitoral. Obviamente acompanhar junto com a secretaria executiva e precisa ser entidades que não pretendem concorrer. Inscritas: Coletivo 100% ATEs – Ana, Educafro

– Luzia e APROFFIB, Neuza. Anotadas aqui as justificativas de ausências informadas no whatsapp: Franciele Busico (Forum EJA), Cristiane Fialho – (MNU), Alexandre Gilsogamo (Ver. João Ananias), Raquel Macedo (Sinpeem), Marcela, Kezia Alves (Campanha), Jonathans (CRECE Central), Debora Fasaneli (Caravana da Educação), Valéria Leão (UBM), Monica (DRE Penha), e no e-mail: Fernando Mendes (Cidade Escola Aprendiz), Rosimeire Rodrigues (DRE SA), Silvia Cardenuto, Maria de Fatima Abdalla (ANFOPE). Feito isto, abrimos para **Informes: Edilene -** Na verdade, não é um informe. Eu gostaria, se possível, de propor uma moção de repúdio ao que aconteceu no final de semana lá na cidade de Tiradentes mais precisamente no Barro Branco, onde Polícia Militar matou uma mulher com filhos pequenos. E nós que estamos naquele território estamos vivendo um certo pânico. Ontem, recebi telefonema na escola porque a minha escola está desde agosto sem nenhum telefone na escola. Estamos no escuro, mas as mães começaram a aparecer na escola por conta de um toque de recolher. Tivemos helicóptero dando rasante lá na região. Nós tivemos que colocar as crianças que estavam no parque para dentro porque a gente nunca sabe o que vai acontecer. As mães começaram a vir buscar as crianças apavoradas e mostrando foto de seis, sete caminhões de choque que tomaram o Barro Branco e o medo se alastrou, inclusive para ir embora. Hoje tivemos as reuniões de pais. A minha escola costuma ter uma presença muito alta, mas tivemos pouquíssimas mães, pouquíssimas crianças. Foi instaurado um clima de terror na cidade de Tiradentes. Isso impacta muito as crianças. Hoje um menininho falou para mim: Tia aqui não vai ter tiro né? Então e isso vindo de uma criança de 04 anos é muito cruel, é uma violência a que as crianças e a população do território da cidade Tiradentes estão sendo colocada por esse governo do Tarcísio Nunes que resolve tudo na bala e na morte. Então eu não sei se a gente pode fazer alguma moção de repúdio ou pelo menos divulgar o que está acontecendo na cidade Tiradentes. Um dos maiores territórios da população negra e que isso impacta muito, porque a gente não vê isso acontecendo onde moro, que é na vila Matilde. A gente não vê acontecendo isso no Tatuapé ou Anália Franco, mas a gente vê isso acontecendo no Itaim, Itaquera e na cidade de Tiradentes e já se tornou corriqueiro a polícia chegar atirando na população. **Maciel** – Edilene, gostaria de propor uma comissão para esboçar um texto e podemos aprovar no grupo, verificar quem mais puder ajudar e publicizar. A outra nota também foi proposta no início da reunião pelo Walter, a proposta é parabenizar os profissionais da área da saúde pelo seu dia. Hoje, 07 de abril é o Dia Mundial da Saúde. Então pergunto, se tudo bem na mesma linha da nota anterior, se o Walter não pode fazer aí uma um esboço dessa nota e quem quiser e puder contribuir com ele também para publicarmos no fórum. Tudo bem? Aprovado. **Iva** - Não é bem informe, é só para entender a nota proposta pela Edilene. Ela coloca sobre a questão do que está acontecendo na cidade de Tiradentes, mas eu acho que a nota de repúdio ela não tem que ser referente à cidade de Tiradentes, mas sim o que os policiais vêm fazendo essas autoridades né demandada por esses policiais. Então eu acho que a moção de repúdio tem que ser referente a isso que não é só na cidade de Tiradentes né? É dentro da periferia no geral né? Então não podemos mais aceitar isso né? Que os policiais cheguem e entre dentro das periferias e mate o nosso povo preto e pobre periférico que é isso que acontece porque né quando é os ricos e brancos são tratados né com a maior regalia. Agora dentro da periferia nem se mal sequer pergunta quem é né e já resolve com bala. E não é isso. É um absurdo, porque alguém encosta no retrovisor de uma viatura né mereça ser morto por isso. Uma viatura que apaga por dinheiro do nosso

bolso né com nossos recursos né que é um patrimônio público nem é dos policiais né então é um absurdo isso. Então isso não pode ser não pode acontecer. **Maciel** – Obrigado Iva, acho que já pode combinar com a Edilene e ajudar a construir para garantir essa amplitude que ela está defendendo. **Walter** - É mais para contextualizar a proposta de que a gente tenha uma nota parabenizando e cumprimentando os nossos colegas que também são trabalhadores do serviço público da área da saúde. Por conta da constituição da entidade que eu represento aqui que é brigada pela vida de São Paulo que no mês que vem em maio vai completar o seu sexto aniversário que foi uma entidade fundada no contexto da luta contra a pandemia onde os profissionais da saúde do Brasil inteiro se mobilizaram para enfrentar, não apenas o coronavírus, mas enfrentar a campanha da milícia digital da extrema direita que promoveu tanto quanto o vírus né uma grande quantidade de mortes por conta da desinformação sistemática da campanha contra a vacinação campanha contra o distanciamento o que fez com que na zona leste uns colegas da educação resolvessem se organizar em solidariedade até inspirada nas brigadas emergenciais da saúde que estava organizada lá no Nordeste pelo cientista Miguel Nicolelis para fazer aqui em São Paulo começando pela periferia as brigadas pela vida que era uma união de profissionais da educação com profissionais da saúde lutando contra o vírus mas lutando contra a desinformação da milícia bolsonarista da milícia que promoveu morte através da desinformação. Portanto hoje no Dia Mundial da Saúde, a gente queria reafirmar a importância dessa união desses profissionais do serviço público da saúde da educação. Até porque a gente tem aqui outras entidades que também primam pela intersetorialidade. E um temos vários exemplos nessa sala, o próprio Sindsep, que é um sindicato que tanto representa trabalhadores da educação como da saúde. Então eu queria pedir que a gente aprovasse nessa reunião esse apoio, esse cumprimento pelo trabalho desempenhado pelos profissionais da saúde, especialmente os trabalhadores da saúde que junto com a educação enfrentaram a pandemia e o pandemônio. Hoje temos um governo de extrema direita que está ameaçando retornar com essas forças do obscurantismo e precisamos defender a democracia e defender a vida. A vida contra o genocídio contra a mortandade feita na periferia na cidade de Tiradentes em todas as periferias. E que tem como representante maior, um camarada que ameaçou destruir uma civilização, mas não cumpriu. Olha só que absurdo que a extrema direita faz no mundo inteiro. Então pela vida pela união da educação com a saúde. **Maciel** - Obrigado Walter. Aproveitando rapidamente o gancho, só dizer que amanhã nós temos paralisação, não só da saúde que estão hoje comemorando e protestando no seu dia, mas estarão lá amanhã também reivindicando direitos assim como da educação, assistência social e todos os profissionais servidores públicos municipais em frente ao gabinete do prefeito. Amanhã é o dia de termos respostas sobre a nossa pauta de reivindicação. Então estamos fazendo aqui um chamado geral para o pessoal estar em frente o gabinete do prefeito para demonstrarmos força e unidade no debate. **Felipe** - boa noite a todas e todos. Na verdade, é um convite companheiros e companheiras no 10 dia tem um ato organizado pelas pelo conjunto das centrais sindicais daqui do estado de São Paulo reunindo o funcionalismo público estadual contra os desmandos e arroubos que o governador Tarcísio tem feito com o orçamento e a precarização dos do trabalho enfim do dos direitos, na verdade não dos serviços, mas os direitos da população paulista na saúde, na educação, na administração, no judiciário, enfim. Então tem um ato no dia que as centrais organizaram a partir das na Secretaria da Fazenda aqui do estado de São Paulo

que fica na Rangel Pestana. Todos, não só os estaduais, mas toda a população é convidada. Faço esse convite para todas as entidades aqui do fórum para que a gente possa lá para denunciar. É importante isso porque a denúncia é essa. O estado de São Paulo tem recursos que garante que garante não que o governador colocou nas isenções fiscais para os amigos e enquanto isso o funcionarismo público aqui em São Paulo tem penado para entregar o que tem de melhor para a população. Então, sexta-feira dia um ato em frente à Secretaria da Fazenda. De lá, a proposta é seguir para a prefeitura de São Paulo. E depois, subir ainda para a Paulista que vai ter um ato dos companheiros acho da APEOESP no final da tarde. Então, para juntar forças e dizer um basta para o governador Tarcísio que a população de São Paulo não pode aguentar mais esses desmandos onde os direitos da população estão em jogo e que o funcionarismo público tá reunido para defender a população. É isso pessoal. Muito obrigado. **Rui, SINESP** - Boa noite, eu sou o Rui represento o SINESP aqui nesse fórum e venho fazer o convite para o nosso no próximo dia 16 de abril às também estaremos em frente à prefeitura fazendo a nossa paralisação sobre a nossa campanha salarial de desse ano. Então a COEDUC, que é o SINPEM o SINESP e o Sedin estarão aqui na porta da prefeitura também em luta. **Bonfim, APEOESP** - Boa noite. Sou da direção da APEOESP. Esta semana nós estamos visitando escolas na nossa região e chamando os professores para uma greve. No dia todas as escolas paralisadas para uma assembleia que vai decidir se continua ou não a greve porque devido a tudo que está acontecendo na rede estadual e não dá para ficar parado. Estamos convidando aí todas as entidades para estar com a gente no dia 10, às 17 horas no vão livre do MASP. **Valter** - Deixa eu só falar uma coisa. Não é nenhum informe. Na verdade, lamentar o falecimento do nosso amigo professor Ricardo da DRE Campo Limpo que faleceu hoje cedo moço jovem que estava atuando como AD lá no CEU Butantã. Tinha alguns problemas em relação à carreira que ele estava resolvendo, mas enfim. Dizer que a educação mata e que infelizmente a saúde mental mata e que o stress que a gente vive todos os dias mata. Então Ricardo e toda a família que Deus console a todos e a gente enquanto profissional da educação lembrar sempre disso. Ricardo esteja onde estiver esteja presente entre nós e essa busca constante apesar da luta apesar de tudo a gente precisa se cuidar a gente precisa cuidar do amigo do colega das pessoas que estão dos nossos dos do nosso lado. Então Ricardo presente. Maciel – Bom pessoal, agradecer demais os presentes e quem nos acompanha pelo canal do youtube. Não tendo mais nada a tratar, finalizada a reunião com chamado para a reunião de abril, que será no dia 07. Segue a ATA lavrada por mim, Maciel Nascimento – Coordenador da Comissão de Monitoramento e Sistematização do FMESP.